

Notas sobre Trabalho de Rua na Salvador do século XIX

Notes on Street Work in 19th century Salvador

Notas sobre el Trabajo callejero en el siglo XIX Salvador

Recebido: 28/05/2020 | Revisado: 30/05/2020 | Aceito: 27/06/2020 | Publicado: 08/07/2020

Bruno Mota Lopes

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7597-8255>

Universidade Salvador, Brasil

E-mail: bruno.mota929@gmail.com

Laumar Neves Souza

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7739-1690>

Universidade Salvador, Brasil

E-mail: laumar.souza@unifacs.br

Márcia Maria Couto Mello

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2299-3117>

Universidade Salvador, Brasil

E-mail: marcia.melo@unifacs.br

Josias Alves de Jesus

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0960-7506>

Universidade Estadual do Sudoeste Baiano, Brasil

E-mail: josias.alves@uesb.edu.br

Resumo

O objetivo deste artigo é analisar o trabalho de rua na cidade de Salvador e seus desdobramentos sobre a urbanidade no século XIX, usando do expediente analítico do método histórico e dialético, que parte do conceito fundamental de que o mundo não pode ser considerado um complexo de coisas acabadas e imutáveis, mas um processo de complexos e um processo em construção permanente. Os principais resultados sugerem que a maior presença do negro na cidade de Salvador e as tentativas de gerar “controle e ordem” pelo Estado, alteraram significativamente a urbanidade da capital baiana na segunda metade do século XIX, deixando enraizados problemas de ordem social, econômica, política, ambiental e urbana, poucos atenuados até a contemporaneidade.

Palavras-chave: Trabalho de rua; Urbanidade; Salvador; Negro de Ganho.

Abstract

The objective of this article is to analyze the street work in the city of Salvador and its developments on urbanity in the 19th century, using the analytical method of the historical and dialectical method, which starts from the fundamental concept that the world cannot be considered a complex of finished and immutable things, but a process of complexes and a process in permanent construction. The main results suggest that the greater presence of blacks in the city of Salvador and the attempts to generate “control and order” by the State, significantly changed the urbanity of the Bahian capital in the second half of the 19th century, leaving rooted problems of social, economic, political, environmental and urban, few attenuated until contemporary times.

Keywords: Street work; Urbanity; Salvador; Gain Black.

Resumen

El objetivo de este artículo es analizar el trabajo de la calle en la ciudad de Salvador y sus desarrollos sobre la urbanidad en el siglo XIX, utilizando el método analítico del método histórico y dialéctico, que parte del concepto fundamental de que el mundo no puede considerarse un complejo de cosas terminadas e inmutables, pero un proceso de complejos y un proceso en construcción permanente. Los principales resultados sugieren que la mayor presencia de negros en la ciudad de Salvador y los intentos de generar "control y orden" por parte del Estado, cambiaron significativamente la urbanidad de la capital bahiana en la segunda mitad del siglo XIX, dejando arraigados problemas de índole social, económica y social. político, ambiental y urbano, pocos atenuados hasta la época contemporánea.

Palabras clave: Trabajo de calle; Urbanidad; Salvador; Ganar negro.

1. Introdução

A questão do trabalho de rua passou a integrar com maior intensidade a cena urbana da cidade de Salvador no século XIX, modificando sua paisagem e urbanidade. Defender este tipo de leitura se configura uma tarefa analítica que pode suscitar certa controvérsia, posto que parte da historiografia brasileira¹ se inclina por iniciar as análises do trabalho e da urbanização nas primeiras décadas do século XX.

¹ Este tipo de leitura se vê nos autores: BARBOSA, A (2003) e MARICATO, E. (1996), entre outros.

Decerto, a história social do trabalho e da urbanização no Brasil pouco considera o século XIX como ponto de partida para investigar com profundidade os temas trabalho de rua e urbanidade. Assim sendo, quase não faz referência à economia da capital da metrópole, passando a tratar os dois temas a partir do século XX e da experiência do ciclo do café na região Sul. Nesse sentido, investigar essas questões no plano da sociedade brasileira revela-se algo importante pela restrita importância concedida a essas temáticas.

Essa ênfase temporal e regional que exclui os primórdios da história do trabalho e da urbanidade, não descortina devidamente a origem social do trabalho no Brasil e a dramática e controversa transição do trabalho escravo para o trabalho livre. Nela não se contempla acertadamente as origens das disparidades das economias regionais e os desdobramentos desse processo sobre o desenvolvimento da primeira cidade brasileira e das demais cidades que tiveram o trabalho escravo como motor da economia rural de uma época.

Diante dessas ponderações, este artigo busca ressaltar algumas evidências históricas que constam da literatura que permitem entender de que maneira o trabalho de rua passou a ser um expediente que conferiu não apenas ritmo a economia soteropolitana², mas também trouxe repercussões importantes do ponto de vista da sua urbanidade.

Importa dizer neste ponto que ao discutir a questão do trabalho de rua e da urbanidade se assume as perspectivas teóricas apontadas, respectivamente por Mattoso (2000), Reis (1991), Costa (1991) e Aguiar (2012). Destarte, compreende-se o trabalho de rua da como aquele exercido por escravos e alforriados pelas ruas da cidade de Salvador no século XIX, comercializando diversos gêneros secos e molhados e prestando serviços, principalmente, de transporte de água, de pequenos, mas sólidos volumes, de fardos maiores e mais pesados, e até mesmo de pessoas. Já o significado de urbanidade é entendido como o conjunto de qualidades, boas ou más, que distinguem uma cidade.

Em complemento, cabe informar também que o expediente analítico que deu sustentação a essa investigação apoia-se no método histórico e dialético, que parte do conceito fundamental de que o mundo não pode ser considerado uma pluralidade de coisas acabadas e imutáveis, mas um processo complexo e em construção permanente, cuja a análise se “apoia-se no tripé anunciado em seu próprio nome “materialismo histórico-dialético”, cuja metodologia particular de análise permitiu uma visão complexa e revolucionária do capitalismo” (Pacífico, 2019).

² Conforme ressalta Cipro Neto (2002), tal termo vem de "Soterópolis", que é a "helenização do nome da cidade de Salvador".

Esclarecidas essas questões, cabe informar que se optou por estruturar este estudo em duas seções, além desta Introdução e das Considerações Finais. Na primeira, investe-se na discussão de como as alterações políticas, econômicas e sociais que datam do século XIX motivaram a maior presença dos trabalhadores de rua na capital baiana como mecanismo de gerar renda e sobrevivência para milhares de indivíduos negros durante e após o longo e difícil processo de abolição da escravidão no país. Já na segunda seção, investiga-se como a urbanidade no aludido sítio foi processada e modificada, em função da lógica de exploração do “trabalho pelas rua” na primeira cidade brasileira.

2. Elementos para compreender a Salvador do século XIX

Para se ter a clara compreensão de como o trabalho de rua e a urbanidade se modificaram ao longo do século XIX, é fundamental recuar um pouco no tempo para entender de que maneira foram desencadeados alguns dos processos políticos, econômicos e sociais que tiveram lugar nos dois séculos imediatamente anteriores, bem como aquele que marcou, já no século em questão, a ruptura da economia rural com base no trabalho escravo e a construção do trabalho urbano escravo e dos homens livres. Entender estes fatos revela-se importante tendo em vista que eles trouxeram consequências de toda ordem para a cidade de Salvador, notadamente aquelas relacionadas a dinâmica econômica e ao modo de vida de seus habitantes.

Dando vazão a esse intento, é preciso, inicialmente, chamar atenção para certas ocorrências que marcaram presença nos séculos XVII e XVIII, quais sejam: a descoberta do ouro em Minas Gerais, a transferência da capital da Colônia da Bahia para o Rio de Janeiro e a perda da liderança do Brasil no comércio mundial do açúcar. Com efeito, tais fatos desencadearam o processo de perda da centralidade de Salvador perante o Império português, o que trouxe, obviamente, rebatimento de ordens econômica e social.

O conjunto dos fatos descritos anteriormente se desdobra em serias consequências sobre a economia da cidade, sua sociedade e sua urbanidade, a qual vinha sendo edificada em consonância com seu desenvolvimento econômico. Para entender como de fato isso se verificou é preciso discorrer a respeito das relações que a metrópole baiana mantinha com a

economia rural e o escravagismo, notadamente aquela que se processou no contexto do Recôncavo baiano³.

De acordo com Santos (2012), a escolha do sítio, no século XVI, para edificar a primeira cidade brasileira, tornou-a uma referência para todo território brasileiro e sua economia. Nessa medida, Salvador exercia um papel central interno, para toda a colônia, e externo, para Portugal. Ademais, com o advento da indústria do açúcar no Recôncavo, a capital da metrópole passou a desempenhar as funções administrativa, burocrática e de residência dos senhores proprietários rurais, além de cumprir o papel portuário para escoar as exportações dos produtos produzidos no campo, não só do açúcar, mas do fumo e o algodão e recepcionar produtos manufaturados que chegavam através das importações. Salvador era o centro de poder de decisões comerciais e financeiras e sobre esta recaiam, positiva ou negativamente, o que ocorria com a economia do Recôncavo, como a queda de exportação de açúcar e a perda de mão de obra com a descoberta do ouro no sul da Colônia.

Já no século XVII, o ciclo do ouro, em Minas Gerais, reforçara a importância do porto do Rio de Janeiro no contexto da América portuguesa, para escoar o ouro encontrado na Colônia. Embora este evento tenha tido uma duração relativamente curta, de 60 anos, mas ele colaborou com o pensar o Sul como centro do poder e para a queda da importância econômica da Bahia perante o Império português. De modo mais preciso, se pode dizer que a descoberta do ouro em Minas Gerais provocou um êxodo enorme de escravos, que impactou negativamente na produção do açúcar na Bahia.

O século XVIII, por sua vez, também trouxe um acontecimento que foi negativo para a Bahia e sua capital, qual seja a perda da liderança do comércio do açúcar no mercado europeu, em função da forte concorrência das Antilhas e do Caribe. Conforme Almeida (1977), o Brasil havia sido reduzido a pouco mais de 10% do comércio internacional do açúcar. Essa concorrência esvaziava a economia açucareira do Recôncavo, pulmão da economia baiana e gerador da riqueza que erguera e sustentara Salvador.

Segundo Mariani (1977), a mudança da capital do Brasil para o Rio de Janeiro, em 1763, não retirara de Salvador, ainda ao tempo da chegada no país da família real (1808), a condição de cidade mais importante da América portuguesa. Na linha interpretativa defendida por esse autor, essa prerrogativa soteropolitana se manteve porque embora essa movimentação tivesse implicado, naturalmente, em mudança da sede política, o eixo

³ É a região geográfica localizada em torno da Baía de Todos os Santos, na Bahia, que abrange o litoral e toda a região do interior circundante à Baía. Esta foi a primeira área utilizada pelos portugueses para erguer a indústria do açúcar a partir do século XVI.

econômico da Colônia permaneceria ainda sendo comandado por Salvador. Esse quadro só é alterado, a partir de 1837, quando o café produzido no Vale do Paraíba e Oeste Paulista, no estado de São Paulo, passa a ser o principal produto da pauta de exportação brasileira, tornando a sua cultura a força motriz da economia nacional.

A essa maior pujança econômica do eixo Sul se somou, com o passar dos anos, a sua supremacia política, que foi forjada exatamente em função do processo de transferência da Corte portuguesa para o Rio de Janeiro, contexto esse que transformou essa cidade em capital provisória do Império e a beneficiou, naturalmente, com a instalação em seu território das principais instituições do Estado, passando a abrigar parte considerável da nobreza e da burocracia portuguesa. Essa é uma prova inequívoca da sua consolidação como centro do poder, situação que afetou diretamente nas condições materiais e institucionais que repercutem no seu desenvolvimento material.

Outro fato que colaborou por deslocar o eixo do Norte para Sul, foi o conflito com os espanhóis na região platina, posto que aumenta a importância estratégica do sul da Colônia, assim como o crescimento das exportações de café, que torna-se a principal *commodities*⁴ já no século XIX, ante a queda da exportação do açúcar baiano.

Diante de todo esse conjunto de acontecimentos, a Salvador da Baía de Todos os Santos, idealizada na segunda metade do século XIX, segundo Sampaio (1999), começou a tomar formatos nos fins da década de 1860, em meio às alterações na ordem política e econômica que viriam a influir profundamente na ordem social e institucional (e urbana), segundo Azevedo (1957).

Este último autor se referia a sequência dos fatos políticos e econômicos dentro e fora da Colônia portuguesa que recaiam negativamente sobre a mais importante cidade do atlântico até o século XVIII. Curiosamente, essa mesma cidade à medida que perdia sua importância política, econômica e institucional ao longo dos séculos XVII, XVIII e XIX, ampliava a sua população, fato esse muito provavelmente derivado da desestruturação do parque de produção açucareiro do Recôncavo.

De modo a fornecer a dimensão desse crescimento demográfico, se recorreu as obras de Vasconcelos (2006) e Santos (2012). Nesses trabalhos, eles apuram, respectivamente, os

⁴ O “termo significa literalmente “mercadoria” em inglês. Nas relações comerciais internacionais, o termo designa um tipo particular de mercadoria em estado bruto ou produto primário de importância comercial, como é o caso do café, do chá, da lã, do algodão, da juta, do estanho, do cobre (Sandroni, 1999).

contingentes populacionais que havia em Salvador em 1818 (115 mil) e em 1900 (206 mil habitantes), movimentação essa que em termos relativos representou uma expansão de 79,13%.

Enfatize-se, mais uma vez, que, surpreendentemente, essa significativa dilatação demográfica não encontrava explicação no comportamento e na dinâmica da economia soteropolitana, que seguia em direção contrária, minguando, conforme os fatos descritos anteriormente. Nascia, portanto, desses movimentos paradoxais, um crônico problema social e econômico, que se reproduziu até a contemporaneidade.

Como a cultura agrícola do Recôncavo ainda dominava a economia baiana no século XIX e era a principal fonte de recursos para a sua capital, e o seu setor industrial ainda era incipiente, gerando poucos postos de trabalho, apenas as atividades relacionadas ao comércio e aos serviços, alimentada pelo porto e pela construção civil – pública e privada – que conheceu a Salvador do século XIX, um impulso não-negligenciável, geravam postos de trabalho, porém em nível inferior àquele que seria necessário para acomodar toda força de trabalho existente. Como se não bastasse essa limitação quantitativa, o processo de geração de tais postos de trabalho ainda era circundado por restrições raciais, que simplesmente excluía parte considerável dessa força de trabalho de encontrar uma posição no mercado de trabalho soteropolitano (Mattoso, 2000). Essa leitura é muito bem expressa na passagem em que tal estudiosa assevera que:

É sobretudo na segunda metade do século XIX que os poderes públicos empreendem uma grande quantidade de trabalhos de recuperação, mas parece que as ofertas de emprego nunca satisfazem a demanda, principalmente da população livre, que enfrenta, nesse setor, a concorrência da mão-de-obra escrava, esta é respaldada pelos donos de escravos, que lhe facilitam o acesso (Mattoso, 2000).

A cidade cumpria as funções portuária, burocrática e comercial, e a economia advinda dessas práticas, era restrita e envolta de seletividades, perante uma alta concentração da riqueza na mãos de poucos, situação essa que não permitia maior dinamismo na economia urbana para atender a demanda de trabalho e renda. Com efeito, ainda seguindo as ponderações de Mattoso(2000), o trabalho no comércio, em lojas e pontos fixos, e nas funções públicas era direcionado aos homens livres brancos, mulatos, com grau de instrução “maior” e restrito aos alforriados e escravos sem escolaridade.

Efetivamente, o que se via nas ruas da cidade, no período em questão, era um pulsante transitar de escravos, libertos, mendigos, vadios e donos de escravos em busca de alguma

oportunidade de ocupação que lhes facultassem a sobrevivência material. A oferta de “mão-de-obra” era maior que a demanda, mas, se havia na cidade mais negros escravos ou alforriados, que brancos e mulatos (Reis, 1991), Mattoso (2000), (Graham, 2013), como estes garantiram seu sustento e sua reprodução diante das dificuldades encontradas na cidade de Salvador no século XIX, é uma questão que remete para a versão urbana do escravismo.

Para Costa (1991), a cidade de Salvador, desde os primórdios de sua fundação, teve sua paisagem marcada pela presença do negro escravo, a qual era possível de ser avistada em todo o seu território, seja nas suas regiões centrais ou nas periferias que iam se formando. Porém, no período em questão, essa presença se intensifica por conta da já citada crise do complexo agro açucareiro do Recôncavo, que, por assim dizer, expurga a força de trabalho escrava e a compele a se transferir para a capital, não dando fim, por via de consequências, ao martírio a que estava submetida.

Em verdade, inicia-se aí uma nova fase de exploração dessa força escrava, na medida em que os donos de escravos percebem no “trabalho de ganho” a possibilidade de auferir lucros e “recuperarem” o investimento na compra de escravo, e passam a incentivá-los a irem para as ruas, comercializarem e venderem diversos produtos (alimentos, tecidos, ente outras coisas) e serviços (transporte de toda ordem pelo sitio, envolvendo produtos e pessoas), alterando ao longo do tempo a paisagem da capital e sua urbanidade.

3. A lógica da exploração do trabalho de rua

Ao se voltar para partes dos fatos que influenciaram a economia baiana e sua centralidade dentro e fora do Império português nos séculos XVII, XVIII e XIX, na seção anterior, torna factível perceber os elos dos fatos e suas repercussões sobre a cidade de Salvador. Esta cidade, que foi alçada à condição de capital de uma economia que atravessara com êxito três séculos e externamente, com o mercado europeu com a exportação de algodão, fumo e principalmente açúcar, e institucionalmente até 1763, como metrópole portuguesa.

A escolha de Salvador como sede da primeira cidade portuguesa na Colônia do sul da América, a economia que se ergue com a indústria agrícola de exportação construída na região dominada pela capital, construído ao longo dos séculos, tornam essa escolha um empreendimento enorme, com concorrências crescentes no mundo e sujeito as muitas variáveis interna e externa, que mudam o jogo e a posição dessa indústria perante o mercado europeu, nos séculos XVII e XIX. A concorrência do açúcar produzido pelos ingleses nas suas Colônias nas Antilhas e a liderança desse país na luta contra escravismos, são exemplos

claros da exposição que alcançará a economia açucareira brasileira e os riscos advindos dessa posição, como suas consequências.

Nesta perspectiva, a pressão inglesa para findar o sistema escravista externa e internamente a lei Euzébio Queiroz (1850), juntamente com outras ações em prol da abolição dos escravos até 1888, bem como o aumento da compra de alforrias pelos negros, mais a facilidade de transporte do Recôncavo para Salvador, e a vinda dos escravos e livres, resultaram numa nova dinâmica demográfica. Uma das alternativas que se implementou para abrigar esse contingente populacional foi precisamente a criação daquilo que a literatura chama de casas de cômodos e cortiços nas áreas centrais construídas e no adensamento das áreas periféricas da capital, segundo Vasconcelos (2006).

É interessante assinalar neste ponto, que com a ampliação do número dessas construções, como seria de se esperar, a própria paisagem do sítio urbano se modifica. A partir de agora, portanto essa nova arquitetura passa a conviver com a suntuosa arquitetura portuguesa edificada do século XVI ao século XVIII. Daí se vê muito claramente que essa nova configuração arquitetônica implica em um novo “equilíbrio” urbano, social e econômico da capital.

Diante das dificuldades financeiras por que passava a cidade de Salvador durante o século XIX, ante as mudanças de rumo da economia exportadora, os proprietários de escravos edificam um sistema de uso dessa mão de obra na comercialização e prestação de vários serviços pelas ruas da cidade, que ficou conhecido por “sistema de ganho”, que se caracterizava pelo uso de escravos para gerar renda para “seus senhores” e uma menor parte para o próprio escravo. Na base deste sistema está a renda auferida pela exploração da mão-de-obra escrava. Vale chamar atenção que muitos alforriados, sem alternativas, permaneciam na atividade de rua, no “sistema de ganho”, que seguia se consolidando ao longo do século XIX.

O cenário que essa prática era possível, foi descrito por Mattoso (2000), da seguinte forma:

Como no campo, existia na cidade um “mercado de trabalho” para os livres brancos, mulatos, negros e alforriados e para os escravos. Aparentemente, livres e escravos oferecem igualmente sua força de trabalho, seja individual, seja coletivamente, mas alguns ofícios vão ser proibidos a mão-de-obra escrava (1850), estivadores (1861) e o parco desenvolvimento do setor secundário industrial impede o mercado de absorver numerosos assalariados, livre ou escravos, sobretudo considerando que as atividades industriais se reduzem a algumas manufaturas têxteis e a umas poucas fabricas.

Nesse ponto, se faz necessário chamar atenção para o uso inadequado do termo “mercado de trabalho” para se referir à situação do trabalho do negro de ganho, haja vista que eles não estavam sujeitos as mesmas condições de trabalho que eram facultadas aos homens brancos e pardos livres. Isso porque, para esses últimos o trabalho era exercido mediante o pagamento de salário, horários preestabelecidos, folga semanal, condições essas que caracterizavam o trabalho livre no século XIX. Situação completamente distinta era vivenciada pelos escravos, conhecidos como “de ganho” (ou ganhadores), já que eles não eram assalariados, não cumpriam jornadas de trabalho estabelecidas, pelo menos formalmente, e não gozavam de período de descanso semanal.

De maneira mais precisa, os escravos “de ganho”, no exercício do seu trabalho cotidiano, tinham que, por conta própria, ir ao encontro de seus fregueses para comercializarem uma gama de produtos destinados a alimentação humana, que contemplava farinha, legumes, verduras, peixes (adquiridos no mercado central) e até quitutes caseiros, de matriz africana, produzidos pelas mulheres que integravam tal grupo. Nesta lida, eles conseguiam amearhar em média 240 reis por dia, valor esse que permitia que muitos deles vivessem com uma certa “independência” (Graham, 2013).

É bom ressaltar que o mencionado valor era apurado depois de descontada a parte que cabia aos seus senhores, a qual lhes eram diariamente repassadas. Indubitavelmente, esse esquema era por demais prejudicial aos “negros de ganho”, posto que se apropriavam de uma parcela menor dos rendimentos que geravam com as vendas dos produtos que comercializavam, cabendo a parte mais relevante aos referidos senhores.

O enfretamento dessa situação draconiana é o que explica o fato de que muitos poucos “negros de ganho” chegavam a conquistar a liberdade plena. Em verdade, alcançar essa condição era tarefa muito difícil de ser alcançada, já que o preço da sua liberdade correspondia a quantia média de 600.000 reis (Reis, 2019), valor esse que equivalia a nada menos do que o rendimento de 2.500 dias de trabalho (6,8 anos), e que só seria acumulado na hipótese do “escravo de ganho” poupar integralmente todo o rendimento a que fazia jus diariamente.

A partir de primeiro de junho de 1857, a liberdade ficaria ainda mais distante, já que a Câmara Municipal, impunha, através de uma postura, editada três meses antes, que “os ganhadores”, para trabalhar nas ruas de Salvador, teriam que pagar dois mil réis para ter acesso a uma licença ou matrícula, e uma taxa adicional de três mil réis por uma chapa, a qual

o negro teria que exibir no peito, totalizando um custo anual de cinco mil réis, dispêndio este que gerou revolta entre os “negros de ganho e deflagrou a “Greve Negra”⁵.

Este tipo de engrenagem que passa a compor a tessitura urbana da capital se desenvolve fundamentalmente por toda a *urbis*, e se consolida como alternativa para gerar “renda” em meios as condições hostis, em relação ao trabalho livre. Na visão de Costa (1991), a organização do trabalho escravo vai assumir na cidade uma forma diferente da existente no mundo rural, em função da sua própria forma de estruturação e funcionamento. Apesar de certa pujança econômica, a paisagem da capital baiana do século XIX era cercada de contrastes, dado que de um lado haviam os suntuosos monumentos coloniais e de outro grassava a pobreza e a miséria de muitos que circulavam pelas ruas, entre eles mendigos, vadios, libertos e os referidos “escravos de ganho”.

Vale destacar que, no entendimento de Graham (2013), no “ganho de rua” ou “sistema de ganho”, através do pequeno comércio, a mulher negra ocupou lugar destacado no mercado de trabalho escravo urbano. Em 1857, como bem aponta Reis (1991), a maioria dos negros de Salvador, escravos ou não, trabalhava na rua, ou entre a casa do seu proprietário e a rua. Eles eram responsáveis pela circulação de coisas e pessoas pela cidade. Tudo que corre, grita, trabalha, tudo que transporta e carrega é negro, como registrou o viajante alemão Robert Avé-Lalemant, em 1858, na cidade, *apud* Reis (2019).

Um dado curioso, não devidamente explorado pela literatura, denotava que esse tipo de atividade comercial pelas ruas não era estranha as negras importadas pelo tráfico negreiro. Quem traz à baila esse fato é Soares (1996, p. 60), ao sinalizar que “em muitas sociedades africanas delegavam-se às mulheres as tarefas de [...] circulação de gêneros de primeira necessidade. As negras provenientes da África Ocidental, onde o pequeno comércio era tarefa essencialmente feminina, garantia às mulheres papéis econômicos importantes”⁶.

Reforçando a contestação quanto a importância da mulheres negras na formação da economia urbana de Salvador Graham (2013) afirma que, às mulheres “de ganho” dominavam

⁵ Em 1857, a Câmara Municipal de Salvador baixou uma postura impondo medidas que combinavam arrocho fiscal e controle policial aos “ganhadores”, e o resultado foi a primeira mobilização grevista no Brasil a paralisar todo um setor vital da economia urbana (Reis, 2019).

⁶ Conceição (2015), faz uma ressalva quanto as questões de gênero na historiografia brasileira, quando diz que com certa justiça, a antropologia foi acusada de negligenciar a participação das mulheres em vários setores da sociedade, especialmente na sociedade brasileira. Tal acusação torna-se ainda mais complexa quando focalizamos a mulher no período colonial e na Primeira República, tendo em vista que o espaço de circulação feminina era limitado ao âmbito doméstico.

o pequeno comércio de gêneros de alimentos pelas ruas da “cidade da Bahia”, reafirmando, portanto, o argumento da habilidade comercial das mulheres de origens africanas.

Aprofundando um pouco mais o olhar em relação ao trabalho executado pelos negros, no período em tela, cabe pontuar, seguindo as letras de Costa (1991), que a escravidão urbana era comumente estruturada em três grandes grupos de escravos, importantes para o funcionamento da vida privada, dentro dos casarões, e pública, nas ruas da cidade de Salvador, a saber: escravos domésticos, de aluguel e de ganho.

Cabia aos escravos domésticos, realização de tarefas ligadas ao ambiente doméstico. Geralmente, esses escravos possuíam uma condição de vida relativamente melhor. Já os escravos de aluguel, por sua vez, eram cedidos provisoriamente, pelos seus proprietários, para um terceiro, que em troca lhe recompensava monetariamente. Os escravos de ganho, por seu turno, se viam obrigados a colaborar com a estruturação de algumas atividades que, de algum modo, conferiam dinamismo a “carente” capital baiana, sobretudo após o declínio da atividade açucareira no Recôncavo, conforme já se mencionou.

Uma vez feitos esses registros deve-se frisar que o sistema de organização das tarefas de ganho originou os chamados “cantos”, denominação essa que correspondia a uma concentração fixa de “ganhadores”, em certas esquinas e determinadas localidades da cidade, formada tanto por escravos quanto por libertos, geralmente pertencentes a mesma origem no continente africano.

Especialmente a atividade de “ganho” nesta cidade fazia-se mais presente nas freguesias da Sé; Paço; Santo Antônio; Penha; Pilar; Conceição; São Pedro e Santana, que eram centrais e próximas ao porto, equipamento dinamizador econômico desta *urbis*, com saídas e chegadas de produtos e mercadorias diárias. A necessidade de transporte, de todo tipo de carga, tanto saindo quanto chegando, eram supridas, principalmente, pelos “negros de ganho”, e o frenesi destes, pelas ruas e ladeiras, alteraram a urbanidade de Salvador ao longo do século XIX. Praticamente todos os serviços urbanos dependiam do trabalho escravo (e alforriados) de ganho, com maior concentração no transporte de pessoas e mercadorias. Esta cidade vai se consolidar principalmente como comercial-escravista, tendo o porto como o centro dinâmico urbano.

As mudanças na vida urbana proveniente da expressiva presença de escravos e alforriados em grande parte do sítio de Salvador, juntos com mendigos, vadios e donos de escravos, acarretou certos “incômodos” para a sociedade soteropolitana da época, que reclamava de ruas cheias de negros escravos perambulando para todos os lados, e de seus costumes, práticas religiosas e comportamentos, o que deu base, associado aos valores da elite

econômica da época, para elaboração, em 1891, do Código de Posturas, com 277 capítulos (Sá, 2010), regimento para vigiar, julgar e punir, onde os “ganhadores” eram os mais afetados.

4. Considerações Finais:

A pretensão deste artigo foi investigar como as alterações políticas, econômicas e sociais que datam do século XIX motivaram a maior presença dos trabalhadores de rua na capital baiana e seus desdobramentos sobre a urbanidade no aludido sítio.

A literatura consultada evidenciou que a presença de negros escravos na capital da Bahia datam do século XVI com o início da cultura da cana-de-açúcar no Recôncavo. Porém, ele passou a ganhar força à medida que essa atividade começou a perder folego, diminuindo assim sua importância econômica.

Tal ocorrência, trouxe consigo reflexos significativos para a cidade, sua economia e urbanidade, à medida que o crescimento urbano que nela passou a ser observado se desassociou do processo de desenvolvimento socioeconômico da capital da metrópole, o qual teve um certo “equilíbrio” até o final do século XVIII.

Em meio aos desdobramentos negativos, provenientes da perda de equilíbrio socioeconômico e urbano, ao longo do século XIX, com o conjunto de acontecimentos descritos até aqui, os meios de como conseguir trabalho e gerar renda em um “mercado”, com oferta de “mão de obra” maior que a demanda, e com proprietários de escravos ansiosos por reverem seus “investimentos” e auferirem lucros, o trabalho de rua, realizado, inicialmente, pelos muitos “ganhadores e ganhadeiras”, escravos, em todo tecido urbano, foi a alternativa encontrada.

Esse tipo de configuração que se forjou na cidade, não passou incólume para a sociedade pelo poder público local, dado que este passou a interferir afim de tentar colocar “ordem” e fiscalizar as referidas atividades dos “ganhadores”, assumindo o controle direto desses escravos e alforriados, através do aparato legal, por meio de postura e decretos que restringiam a mobilidade e comportamento dos “negros de ganho”.

Assim, a maior presença do negro na cidade e as tentativas de gerar “controle e ordem”, alteraram significativamente a urbanidade da capital baiana na segunda metade do século XIX, deixando enraizados problemas de ordem social, econômica, política, ambiental e urbana, que, em boa medida, são observados nos dias que correm. Um bom exemplo disso é a forma como se dá a reprodução da força de trabalho que labuta na atualidade nas ruas de

Salvador, guardadas, evidentemente, as diferenças temporais e de modus operandi. Este é, por certo, uma temática de investigação que merece ser explorada em outros estudos.

Referências:

Almeida, R. B. (1977). Traços da história econômica da Bahia no último século e meio. In: Planejamento. Fundação de Pesquisas – CPE: Salvador, 5(4), 19-54.

Aguiar, D (2012). Urbanidade e qualidade da cidade. In: AGUIAR, Douglas; NETTO, Vinicius M. (Orgs.). Urbanidades. Rio de Janeiro: Folio Digital: Letra e Imagem, p. 61-79.

Azevedo, T. O. G. (1969). O povoamento da Cidade do Salvador. Salvador: Editora Itapuã.

Azevedo, T. O. G. (1977). A economia baiana em torno de 1850. In: Planejamento. Fundação de Pesquisas – CPE: Salvador, 5(4), 7-17.

Barbosa, A (2003). *A formação do mercado de trabalho no Brasil*. Campinas: IE/Unicamp.
CONCEIÇÃO, Joalice Santos (2015). Mulher Negra: religião, trabalho e organização familiar. Informe Econômico, Nº 34, Ano XVII, Junho.

Costa, A. L. R.(1991). Espaços Negros e ‘cantos’ e ‘lojas’ em Salvador no século XIX. In: Caderno do CRH (Suplemento), p.17-34.

Maricato, E. (1996). Introdução e Parte I: Urbanismo na periferia do capitalismo: Desenvolvimento da desigualdade e contravenção sistêmica *in* Metrópole na periferia do capitalismo: ilegalidade, desigualdade e violência. São Paulo: Hucitec.

Mariani, C. (1977). Análise do problema econômico baiano. In: Planejamento. Fundação de Pesquisas – CPE: Salvador, 5(4), 55-121.

Mattoso, K. (1978). Bahia: a cidade de Salvador e seu mercado no século XIX. São Paulo: Hucitec.

Mattoso, K. (2000). Sociedade escravista e mercado de trabalho: Salvador, 1850/1868. Bahia: Análise & Dados. Salvador, SEI, 10(1), 12-20;

Graham, R. (2013). Alimentar a cidade: das vendedoras de rua à reforma liberal (Salvador; 1780-1860); tradução Berilo Vargas- 1 ed. São Paulo: Companhia das Letras.

Pacifico, M. (2019). “Materialismo histórico-dialético: gênese e sentidos do método”. Argumentos - Revista de Filosofia, 21, 220-231.

Reis, J. J. (1991). A Greve Negra de 1857 na Bahia. In: Revista da USP, São Paulo.

Reis, J. J.(2019). Ganhadores: a greve negra de 1857 na Bahia. São Paulo: Companhia das Letras.

Sandroni, P. (1999). Novo Dicionário de Economia. Atlas. São Paulo.

Sampaio, C. N. (2005). 50 anos de urbanização: Salvador da Bahia no século XIX. Rio de Janeiro: Versal.

Santos, M. (2012). O Centro da cidade do Salvador: estudo de geografia urbana. Salvador: Publicação da Universidade da Bahia, IV.

Sá, T. R. B. T. (2010). Códigos de Posturas Municipais como instrumentos normativos da produção de nova lógicas territoriais: estudo de caso do centro histórico de Salvador. Percurso: sociedade, natureza e cultura. 11, 273-289.

Soares, M. C. (1996). "As ganhadeiras: mulher e resistência negra em Salvador no século XIX". In: Afro-Ásia, vol. 17. Salvador, CEAO-UFBA.

Vasconcelos, P. A. (2006). *Pobreza urbana e a formação de bairros populares em Salvador na longa duração*. In: GEOUSP- Espaço e tempo. São Paulo: Editora da USP. 20, 19-30.

Porcentagem de contribuição de cada autor no manuscrito

Bruno Mota Lopes – 50%

Laumar Souza Neves – 30%

Marcia Maria Couto Mello – 10%

Josias Alves de Jesus – 10%